



NELSON LIMA NETO
nelson.lima.rpa@extra.inf.br

Servidor

Cedae: Rio pede R\$ 600 milhões em antecipação

► O governador Luiz Fernando Pezão notificou o Ministério da Fazenda, em agosto deste ano, pedindo a complementação em R\$ 600 milhões do contrato de antecipação de receitas que têm como garantia as ações da Cedae. Pezão quer que a União reconsidere a autorização já dada para antecipar somente R\$ 2,9 bilhões, que serão quitados, de acordo com os planos do atual governo, com a privatização da empresa.

A negociação implicaria um novo acordo com o banco BNP Paribas, que já antecipou os R\$ 2,9 bilhões ao Rio. Os valores foram usados para o pagamento do 13º salário dos servidores de 2016, que estava atrasado havia um ano.

Procurada, a Secretaria estadual

de Fazenda e Planejamento não confirmou a solicitação feita à União. O Ministério da Fazenda, por meio do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, não comentou o caso.

A quitação da antecipação desses R\$ 2,9 bilhões tem que ser feita até dezembro de 2020. Segundo a Secretaria estadual de Fazenda, o gasto estimado é de R\$ 3,830 bilhões. Desse total, R\$ 853 milhões serão referentes a juros. O Rio tem duas formas de quitar a pendência: pagar o empréstimo ou privatizar a companhia. Caso não honre a dívida, a União ficará responsável por quitar a obrigação. Em contrapartida, a Cedae passará a ser de responsabilidade federal.



O processo de privatização da empresa é criticado pelos servidores

Witzel indica desejo de manter Ceda e como pública

► O governador eleito Wilson Witzel já indicou seu desejo de manter a Ceda e como empresa pública. Em seu plano de governo, ele destacou a intenção de realizar Parcerias Público-Privada (PPPs) para potencializar o atendimento da empresa, além de aumentar os investimentos. Outra hipótese é abrir as ações da companhia para o setor privado, mantendo, porém, a participação majoritária sobre a mesma.

Estudo estima valor em R\$ 8,02 bilhões

► O governo do Rio usa como argumento o estudo patrimonial da companhia, que apontou a possibilidade de antecipação de R\$ 3,5 bilhões, justificando o pedido de complementação. O objetivo, meses atrás, era o de receber os R\$ 600 milhões para bancar o 13º salário de 2018 dos servidores. A resistência da União fez o Estado buscar outras alter-

nativas, como a Lei do Refis, que abriu prazo, na última quinta-feira, para contribuintes que querem quitar dívidas de ICMS.

Sobre o empréstimo, a União adotou, em outubro de 2017, um cálculo conservador quanto ao valor real da Ceda. De acordo com o estudo encomendado pelo Estado do Rio à Fundação Getulio Vargas (FGV), o patri-

mônio líquido da empresa, no ano passado, girava em torno de R\$ 5,8 bilhões. Assim, o empréstimo já liberado de R\$ 2,9 bilhões seria equivalente a 50% do valor da companhia. O governo estadual, por sua vez, se apoia no valor total da empresa estimado pela FGV, de R\$ 8,02 bilhões, para pedir a antecipação de R\$ 3,5 bilhões.